

## **DIVULGAÇÃO DE DECISÃO POR EXTRATO**

**(n.º 1 do artigo 26.º do Regime Processual Aplicável aos Crimes Especiais e às Contraordenações do Setor Segurador e dos Fundos de Pensões - RPES, aprovado pelo artigo 3.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro)**

### **Processo de Contraordenação n.º PRO/176/2025/DJU**

1. Arguido(s) condenado(s) pela prática de contraordenação(ões): Mapfre Seguros Gerais, S.A., empresa de seguros inscrita na Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) com o n.º 1145.
2. Infração(ões): incumprimento do dever de registo prévio de membros do Conselho de Administração, contraordenação grave prevista e punida pela alínea k) do artigo 370.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício à Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR) e incumprimento do dever de constituir um Comité de Remuneração, contraordenação simples, prevista e punida pela alínea l) do artigo 369.º do RJARS.
3. Data da prática dos factos: 2023.
4. Síntese da decisão condenatória proferida pela ASF, em reunião do Conselho de Administração de 18 de novembro de 2025: decide-se, no exercício da competência conferida pelas alíneas b) e c) do número 5 do artigo 16.º dos Estatutos da ASF e do artigo 15.º do RPES, aplicar, em processo sumaríssimo, à Mapfre Seguros Gerais, S.A. uma coima única reduzida de 40.000,00 € (quarenta mil euros), pela prática dolosa de três contraordenações graves, previstas e punidas pela alínea k) do artigo 370.º do RJASR e de uma contraordenação simples, prevista e punida pela alínea l) do artigo 369.º do RJARS.
5. Estado do processo: a decisão transitou em julgado.

A decisão foi proferida em processo sumaríssimo, tendo sido aceite pela arguida, pelo que se tornou definitiva.

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 26.º do RPES, as informações agora divulgadas mantêm-se disponíveis no sítio da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões na Internet pelo período de 5 (cinco) anos, contados a partir do momento em que a decisão condenatória se torne definitiva ou transite em julgado, não podendo ser indexadas a motores de busca.